

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

1 - Mensagem da Administração

Senhores Acionistas,
A administração da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro tem o prazer de encaminhar para apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

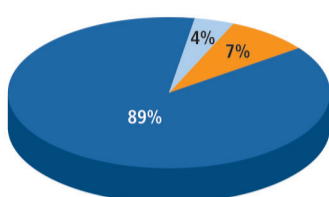
2. Aspectos econômico - financeiros

Conforme detalhado na Nota 1 das Notas Explicativas, a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro, anteriormente denominada Megapar Participações S.A. ("Megapar"), foi constituída em 26 de agosto de 2008 com o objeto de participação em outras sociedades, em empreendimentos imobiliários e em fundos de investimento regularmente constituídos. Em novembro de 2009 foi encerrado o processo de incorporação das empresas da cadeia societária de controle da Concessão, do qual faziam parte as controladas Oeste Participações S.A., Sorocaba Empreendimentos e Participações S.A. e Concessão Metroviária do Rio de Janeiro. Com o processo de otimização da estrutura organizacional do Grupo, a Companhia assumiu, em 27 de novembro de 2009, todos os direitos e obrigações das subsidiárias incorporadas e passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. A principal atividade da Companhia passou a ser a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro. O resumo das principais informações operacionais e financeiras é apresentado a seguir:
O exercício de 2010 apresentou prejuízo de R\$20.839 mil (lucro de R\$3.713 mil em 2009), devido, principalmente, ao resultado financeiro negativo e à amortização do ágio decorrente da reorganização societária. A receita líquida alcançou R\$476.663 mil (R\$56.961 mil em 2009), representada em 94% pela prestação do serviço de transporte de passageiros. Foram transportados 163.946 mil (12.362 mil em dezembro de 2009) passageiros durante o ano de 2010.
A Companhia encerrou o exercício de 2010 com R\$983.329 mil (R\$719.543 mil em 2009) de endividamento líquido, representados, principalmente, por Debêntures Privadas, Notas Promissórias e por contratos de financiamento junto ao BNDES.

Informações selecionadas (R\$ mil)	Exercício de 2010	Exercício de 2009	Exercício de 2008
Passageiros (em milhares)	163.946	12.362	-
Receita Líquida de vendas	476.663	56.961	-
EBITDA	171.407	36.492	-
Margem EBITDA	36,3%	64,1%	-
Lucro (Prejuízo) Líquido	(20.839)	3.713	-
Endividamento Líquido	983.329	719.543	-

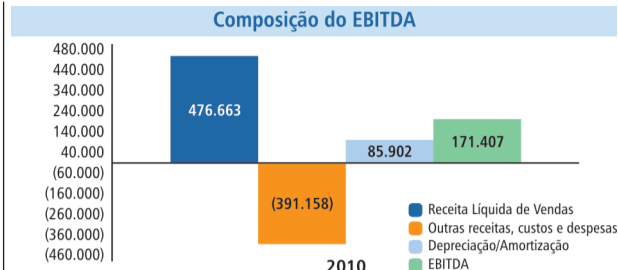
* Referente somente ao mês de dezembro de 2009.
Passageiros • Os 163.946 mil (12.362 mil em dezembro de 2009) passageiros transportados em 2010, estavam assim distribuídos:

Receita com Passagens



■ Viagens não integradas ■ Integração com ônibus ■ Integração com SuperVia

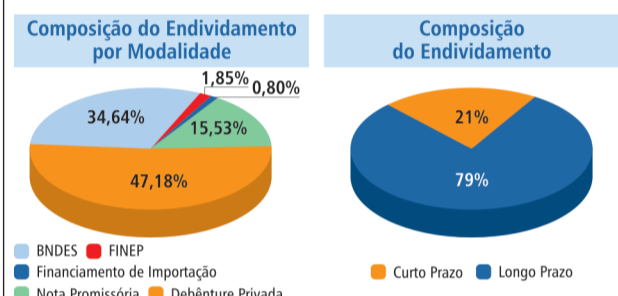
Resultados • A receita bruta de vendas e/ou serviços alcançou R\$502.792 mil em 2010 (R\$59.082 mil em 2009), sendo R\$389.807 mil (R\$30.607 mil em 2009) referentes à receita com a prestação do serviço de transporte de passageiros e R\$23.727 mil (R\$2.000 mil em 2009) referente à receita com locação de espaço físico e veiculação de anúncios e R\$ 89.258 (R\$ 26.475 mil em 2009) referentes à receita de construção, este último registrado para adequação ao ICPC 01; • O custo das vendas em 2010 atingiu R\$351.866 mil (R\$43.100 mil em 2009), representado, principalmente, pelos gastos com pessoal, energia elétrica, materiais e serviços de manutenção, depreciações e amortizações e custo de construção (R\$86.288 em 2010 e R\$25.868 em 2009), este último registrado para adequação ao ICPC 01; • O lucro bruto do exercício de 2010 foi de R\$124.797 mil (R\$13.861 mil em 2009); • As despesas gerais e administrativas somaram R\$37.393 mil (R\$39.022 mil em 2009), representadas, principalmente, por gastos com pessoal, consultorias e depreciações; • As outras receitas e despesas operacionais alcançaram resultado positivo de R\$1.568 mil. Em 2009 estas alcançaram R\$33.736 mil, motivadas pelo resultado com equivalência patrimonial apurado de janeiro a novembro de 2009 sobre as empresas investidas que foram incorporadas em novembro de 2009; • Em 2010, o EBITDA somou R\$171.407 mil (R\$26.209 mil em 2009) e a margem EBITDA foi de 36% (86,2% em 2009). O EBITDA foi composto da seguinte forma:



• O resultado financeiro foi negativo em R\$113.399 mil, motivado, principalmente, pelos juros referentes às Notas Promissórias, Debêntures Privadas e financiamentos junto ao BNDES.

Investimentos • O total de investimentos realizados pela Companhia em 2010 foi de R\$250.668 mil (R\$52.169 mil em 2009), aplicados, principalmente, nos projetos relacionados às obrigações do Sexto Aditivo ao Contrato de Concessão, que incluem a aquisição de novos carros-metrô, a construção das estações Cidade Nova e Uruguai, e da passarela sob a Av. Presidente Vargas, além da realização de investimentos de modernização do sistema metroviário, inclusive a modernização e ampliação dos sistemas de energia, controle de tráfego, ventilação, sinalização, e implementação de acessibilidade universal em todas as estações.

Endividamento • A dívida bruta, composta por Debêntures Privadas, Notas Promissórias e contratos de financiamentos, alcançou R\$1.069.535 mil em 2010 (R\$792.116 mil em 2009), e possui uma distribuição a seguir.



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009 (Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	11.522	22.101	1	11.524	22.103	1
Aplicações financeiras (Nota 5)	53.893	31.600	-	53.893	31.600	-
Créditos a receber (Nota 6)	6.750	6.034	-	6.750	6.034	-
Estoques (Nota 7)	14.179	8.775	-	14.179	8.775	-
Impostos a recuperar (Nota 8)	7.030	1.079	-	7.030	1.079	-
Adiantamento de proventos	1.723	1.474	-	1.723	1.474	-
Adiantamento a fornecedores	6.163	4.948	-	6.163	4.948	-
Despesas antecipadas	3.266	3.494	-	3.266	3.494	-
Total do ativo circulante	104.526	79.505	1	104.528	79.507	1
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						
Aplicações financeiras (Nota 5)	20.791	18.871	-	20.791	18.871	-
Créditos com pessoas ligadas	-	31.646	-	-	31.646	-
Créditos a receber (Nota 6)	4.043	4.025	-	4.043	4.025	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	36.938	29.854	-	36.938	29.854	-
Depósitos judiciais	23.783	15.499	-	23.783	15.499	-
Total do realizável a longo prazo	85.555	99.895	-	85.555	99.895	-
Investimentos (Nota 12)	2	2	-	-	-	-
Imobilizado (Nota 10)	156.516	119.194	-	156.516	119.194	-
Intangível (Nota 11)	1.877.155	1.580.388	-	1.877.155	1.580.388	-
Total do ativo não circulante	2.098.437	1.780.608	-	2.098.435	1.780.606	-
TOTAL DO ATIVO	2.223.754	1.878.984	1	2.223.754	1.878.984	1
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	206.312	559.450	-	206.312	559.450	-
Debêntures (Nota 13)	34.842	-	-	34.842	-	-
Fornecedores	45.508	55.402	-	45.508	55.402	-
Impostos, taxas e contribuições a pagar (Nota 8)	4.853	6.635	-	4.853	6.635	-
Salários, provisões e contribuições sociais	13.477	13.171	-	13.477	13.171	-
Concessões de serviços públicos (Nota 14)	124.236	27.550	-	124.236	27.550	-
Participações a empregados (Nota 20)	2.277	2.300	-	2.277	2.300	-
Dívidas com pessoas ligadas	767	-	-	767	-	-
Serviços a prestar	4.927	3.418	-	4.927	3.418	-
Outras obrigações	12.023	54.817	-	12.023	54.817	-
Total do passivo circulante	449.222	722.743	-	449.222	722.743	-
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	356.629	231.351	-	356.629	231.351	-
Debêntures (Nota 13)	469.750	-	-	469.750	-	-
Concessões de serviços públicos (Nota 14)	279.382	234.864	-	279.382	234.864	-
Impostos, taxas e contribuições (Nota 8)	1.557	1.526	-	1.557	1.526	-
Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais (Nota 15)	13.497	12.344	-	13.497	12.344	-
Receita Diferida	843	2.443	-	843	2.443	-
Total do passivo não circulante	1.121.658	482.528	-	1.121.658	482.528	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)						
Capital social	650.000	650.000	1	650.000	650.000	1
Reserva legal	-	186	-	-	186	-
Reserva de retenção de lucros	-	3.527	-	-	3.527	-
Prejuízo acumulado	(17.126)	-	-	(17.126)	-	-
Total do patrimônio líquido dos controladores	632.874	653.713	1	632.874	653.713	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.000	20.000	-	20.000	20.000	-
Total do patrimônio líquido	652.874	673.713	1	652.874	673.713	1
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.223.754	1.878.984	1	2.223.754	1.878.984	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações, expresso em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Receita com passagens líquidas	365.873	28.704	365.873	28.704
Receitas acessórias líquidas	21.532	1.782	21.532	1.782
Receita da construção	89.258	26.475	89.258	26.475
Receita operacional líquida	476.663	56.961	476.663	56.961
Custos com receita com passagens	(264.997)	(17.222)	(264.997)	(17.222)
Custos com receitas acessórias	(581)	(10)	(581)	(10)
Custo da construção	(86.288)	(25.868)	(86.288)	(25.868)
Lucro bruto	124.797	13.861	124.797	13.861
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais, administrativas e com vendas (Nota 25)	(37.393)	(39.022)	(37.393)	(39.022)
Outras receitas (despesas) operacionais - líquidas	1.568	334	1.568	334
Resultado da equivalência patrimonial	-	33.402	-	33.402
Lucro operacional antes do resultado financeiro	88.972	8.575	88.972	8.575
Resultado Financeiro				
Receitas financeiras (Nota 18)	85.361	24.626	85.361	24.626
Despesas financeiras (Nota 18)	(198.760)	(50.525)	(198.760)	(50.525)
Total resultado financeiro	(113.399)	(25.899)	(113.399)	(25.899)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(24.427)	(17.324)	(24.427)	(17.324)
Impostos de renda e contribuição social (Nota 8)	7.054	21.229	7.054	21.229
Participações dos empregados (Nota 20)	(3.466)	(192)	(3.466)	(192)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(20.839)	3.713	(20.839)	3.713
Quantidade de ações ao final do período (mil)	650.000	650.000	650.000	650.000
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações - em reais (Nota 25)	(32,06)	5,71	(32,06)	5,71
Lucro (prejuízo) diluído por lote de mil ações - em reais (Nota 25)	(18,61)	3,32	(18,61)	3,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reserva de lucros			Prejuízo acumulado	Sub-total	AFAC	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízo				
Em 01 de janeiro de 2009	1	-	-	-	-	1	-	1
Aumento de capital social	649.999	-	-	-	-	649.999	-	649.999
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	20.000	20.000
Destinação para reserva legal	-	186	-	(186)	-	-	-	-
Destinação para reserva de retenção de lucros	-	-	3.527	(3.527)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.713	3.713	-	-	3.713
Saldos em 31/12/2009 (reapresentado)	650.000	186	3.527	-	653.713	20.000	-	673.713
Prejuízo do exercício	-	-	-	(20.839)	(20.839)	-	-	(20.839)
Compensação do prejuízo	-	(186)	(3.527)	3.713	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2010	650.000	-	-	(17.126)	632.874	20.000	-	652.874

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)

	31/12/10		31/12/09	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(20.839)	(20.839)	3.713	3.713
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	-	-	(33.402)	(33.402)
Depreciações e amortizações	85.906	85.906	27.717	27.717
Receita da Construção	89.258	89.258	26.475	26.475
Custo da Construção	(86.288)	(86.288)	(25.868)	(25.868)
Despesas da Construção	(2.970)	(2.970)	(607)	(607)
Baixa de imobilizado	363	363	25	25
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(7.054)	(7.054)	(21.229)	(21.229)
Provisão (reversão) para contingência	(282)	(282)	229	229
Variações monetárias sobre concessões e provisões para contingências	(13.710)	(13.710)	(94)	(94)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	128.092	128.092	37.972	37.972
Ajuste a valor presente	15.070	15.070	-	-
Reversão apropriação receita diferida	(1.600)	(1.600)	(133)	(133)
Provisão participação dos empregados	(23)	(23)	192	192
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(716)	(716)	3.137	3.137
Adiantamentos de proventos	(249)	(249)	1.080	1.080
Depósitos Judiciais	(7.964)	(7.964)	(288)	(288)
Estoques	(5.404)	(5.404)	(1.682)	(1.682)
Outros Créditos	24.690	24.690	296	296
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Aplicações financeiras	(24.213)	(24.213)	(50.471)	(50.471)
Fornecedores	(9.894)	(9.894)	21.071	21.071
Obrigações com empregados e administradores	306	306	(1.638)	(1.638)
Impostos, taxas e contribuições	(1.751)	(1.751)	(2.177)	(2.177)
Concessão de serviço público	140.959	140.959	(16.842)	(16.842)
Outras obrigações e contas a pagar	(40.547)	(40.547)	943	943
Caixa Gerado (Consumido) pelas Atividades Operacionais	261.140	261.140	(31.581)	(31.581)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos				
Incorporação líquida de controladas	-	-	(9.458)	(9.458)
Aumento de créditos a receber com partes relacionadas	-	-	38.676	38.676
Ágio na aquisição de controladas	-	-	(936.716)	(936.716)
Aquisição de intangível	(361.178)	(361.178)	(79.491)	(79.491)
Aquisição de imobilizado	(59.181)	(59.181)	(14.564)	(14.564)
Caixa (Gerado) Consumido pelas Atividades de Investimento	(420.359)	(420.359)	(1.001.553)	(1.001.551)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Aumento de Capital	-	-	649.999	649.999
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	20.000	20.000
Pagamento de outorga principal e suplementar	-	-	(21.931)	(21.931)
Pagamento de empréstimos	(1.357.323)	(1.357.323)	(765)	(765)
Captação de empréstimos	1.505.963	1.505.963	407.931	407.931
Caixa Gerado (Consumido) nas Atividades de Financiamento	148.640	148.640	1.055.234	1.055.234
Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa	(10.579)	(10.579)	22.100	22.102
Saldo de Caixa e Equivalentes no Início do Exercício	22.101	22.103	1	1
Saldo de Caixa e Equivalentes no Final do Exercício	11.522	11.524	22.101	22.103
Aumento (Redução) Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa	(10.579)	(10.579)	22.100	22.102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. foi constituída sob a forma de "sociedade anônima" em 26 de agosto de 2008 com o objetivo de: (i) participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; (ii) a participação em empreendimentos imobiliários; e (iii) a participação, como cotista, em fundos de investimentos regularmente constituídos.

Em março de 2009 a controladora Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR efetuou integralização de capital no montante de R\$649.999, valor este utilizado pela Megapar na aquisição de 100,0% das ações de emissão da Oeste Participações S.A. e 15,0% das ações de emissão da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A..

Em novembro de 2009 a Companhia detinha 99,99% do capital votante da Oeste Participações S.A. ("Oeste"), que detinha 99,99% do capital votante e total da Sorocaba Empreendimentos e Participações S.A. ("Sorocaba"), a qual detinha 85% do capital votante da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.. A Megapar detinha diretamente 15% do capital votante da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A..

Como parte do processo de otimização da estrutura societária, em 27 de novembro de 2009 foi assinado pela Megapar e suas controladas integrais Oeste, Sorocaba e Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o Protocolo e Justificação de Incorporação destas subsidiárias pela controladora. Nessa mesma data, a Megapar passou a se chamar Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("Metrô Rio", "Concessionária" ou "Companhia").

A incorporação foi procedida de forma que a Companhia recebeu os patrimônios das subsidiárias avaliados pelo seu valor contábil, assumindo todos os direitos e obrigações subsistentes. O capital social da Companhia não sofreu qualquer alteração. Com a incorporação, a Companhia assumiu todos os direitos e obrigações das subsidiárias incorporadas e passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. A principal atividade da Companhia é a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do Contrato de Concessão ("Contrato"), e de seus aditivos, esses últimos firmados entre a Companhia e o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"). A Companhia poderá exercer outras atividades não previstas no Contrato, podendo participar como sócia ou acionista em outras sociedades, desde que estas atividades complementares não afetem adversamente a prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros.

A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro, RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 344.694 (R\$ 643.236 em 2009) e apresentou prejuízo de R\$ 20.839 no exercício findo naquela data (lucro de R\$ 3.713 em 2009), o que, em função do atual estágio de operação, está previsto em seus planos de negócio. A Administração entende que, a partir dos investimentos que têm sido efetuados para o aumento da malha metroviária, construção de novas estações e aquisições de novas composições, deverá haver um aumento significativo no número de passageiros pagantes, o que aumentará a sua geração de caixa operacional e permitirá o pagamento de seus passivos.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 28 de março de 2011.

2. Políticas contábeis

As Demonstrações Financeiras da controladora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

As demonstrações financeiras da controladora e consolidada foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As Demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e da controlada MASU9 Participações Ltda., subsidiária integral da qual a Companhia possui 99,95% do Capital social que totaliza R\$2.

Os exercícios sociais da controlada incluída na consolidação é coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e a empresa controlada são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

2.2 Reconhecimento de receitas

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que descarta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Receitas	503.744	56.777	503.744	56.777
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	413.534	32.606	413.534	32.606
Receita da construção	89.258	26.475	89.258	26.475
Provisão para devedores duvidosos	(1.421)	(2.638)	(1.421)	(2.638)
Outras receitas	2.373	334	2.373	334
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(234.448)	(41.796)	(234.448)	(41.796)
Custos das mercadorias e serviços vendidos				
Custo da construção	(86.288)	(25.868)	(86.288)	(25.868)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(148.160)	(15.928)	(148.160)	(15.928)
Valor adicionado bruto	269.296	14.981	269.296	14.981
Retenções	(85.906)	(27.717)	(85.906)	(27.717)
Depreciação, amortização e exaustão	(85.906)	(27.717)	(85.906)	(27.717)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	183.390	(12.736)	183.390	(12.736)
Valor adicionado recebido em transferência	85.361	58.028	85.361	58.028
Resultado de equivalência patrimonial	-	33.402	-	33.402
Receitas financeiras	85.361	24.626	85.361	24.626
Valor adicionado total a distribuir	268.751	45.292	268.751	45.292
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	96.988	8.478	96.988	8.478
Impostos, taxas e contribuições				
Impostos Federais	26.506	(18.434)	26.506	(18.434)
Impostos Municipais	(35.396)	836	(35.396)	836
Impostos Estaduais	2.140	143	2.140	143
Despesas Financeiras, juros, aluguéis e terceiros	199.352	50.556	199.352	50.556
Lucro (Prejuízo) do exercício	(20.839)	3.713	(20.839)	3.713
	<u>268.751</u>	<u>45.292</u>	<u>268.751</u>	<u>45.292</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

c) Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a Companhia é alcançada pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

As margens de construção são calculadas de acordo com a particularidade dos negócios da Companhia, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05.

2.3 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

2.5 Créditos a receber

Os créditos a receber de clientes são registrados pelo valor incorrido e ainda não recebido, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor dos recebíveis em aberto a partir de 90 dias e o histórico de perdas com contas a receber.

2.6 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.7 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa 10 e leva em consideração o tempo de vida útil - econômica estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e 43.

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua atividade operacional; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. (iv) As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo.

Também fazem parte do Imobilizado equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.8 Ativos intangíveis

Refere-se a direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas das concessões classificadas como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.9 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Até 31 de dezembro de 2010 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos.

2.10 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.11 Tributação

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas acessórias	Receita com venda de passagens
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%	3,00%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	-	2,00%

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A

CNPJ nº 10.324.624/0001-18



A Companhia e suas controladas adotam o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30, tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, sendo optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, buscando a neutralidade tributária das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09.

A Companhia manifestou sua opção pela adoção do RTT quando da entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ 2009 (ano-calendário 2008). Conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do período findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

Os impostos diferidos ativos das controladas são decorrentes de prejuízos fiscais, diferenças temporárias, base negativa de imposto de renda e contribuição social, e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.12 Plano de previdência e outros benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Aprovado pela Deliberação CVM 600/09, o CPC 33, correlacionado ao IAS 19 - Benefícios a Empregados e sua norma de interpretação IFRIC - 14, dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-aposentadoria da Companhia representa o valor presente das obrigações, excluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidas. O custo de proporcionar benefícios pós-aposentadoria é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do empregado. Ganhos e perdas atuariais que excedam 10% das obrigações do plano são distribuídos ao longo do restante da vida útil média dos empregados participantes do plano e são refletidas no lucro operacional.

2.13 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33).

2.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

A Companhia identificou os seguintes ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente: (i) concessões de serviços públicos. As taxas de juros implícitas entre 4,8% a.a. e 10% a.a., aplicadas, foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidada da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e Premissas

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constituiu provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de Aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros de debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um spread de crédito excessivo são excluídos da população de títulos os quais são utilizados para identificar a taxa de juros.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota Explicativa 16.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

2.16 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.17 Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e instrumentos com característica de hedge. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber e adiantamentos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos e debêntures.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.18 Informações por Segmento

Em função da concentração de suas atividades no transporte público de passageiros a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio e suas operações não são controladas e gerenciadas pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.19 Combinações de negócios (a partir de 1º de janeiro de 2009)

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.20 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.21 Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

2.22 Novos IFRS e interpretações

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010, para os quais o CPC ainda não editou os pronunciamentos e modificações correlacionados. Espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início da vigência das mesmas. Segue um resumo das principais normas publicadas e ainda não vigentes, bem como a expectativa de impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte.
- Melhorias para IFRS - O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

- IFRS 3 - Combinação de negócios
- IFRS 7 - Divulgação de Instrumentos Financeiros
- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras
- IAS 27 - Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais
- IFRIC 13 - Programa de fidelidade a cliente

A Companhia não estimou a extensão dos possíveis impactos destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

3 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras (controladora e consolidada) da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil: normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP). As Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs e as Demonstrações financeiras consolidadas também considerando a aplicação integral dos CPCs e de acordo com o "International Financial Reporting Standard - IFRS".

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas e conforme o padrão contábil internacional ("IFRS"), emitidos pelo "International Accounting Standards Board - IASB" para as demonstrações financeiras consolidadas.

O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira da controladora e consolidada e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas) e IFRS, sendo que a Companhia adotou como data de transição para 1 de janeiro de 2009. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, conseqüentemente as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovado pelo CPC.

A Companhia levou em consideração as previsões da Deliberação CVM 656/11, no que se refere à apresentação das informações trimestrais de 2010 apresentadas e que serão representadas também ajustadas às normas de 2010, até a apresentação e arquivamento das Informações Trimestrais referentes ao trimestre a findar-se em 31 de março de 2011. Os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010 em cada um dos trimestres de 2010 e 2009 estão apresentados na Nota 3.3.

3.1 Exceções obrigatórias e isenções à aplicação retrospectiva

Na preparação das demonstrações financeiras da data de transição de acordo com o CPC 37 (R) (IFRS 1), a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa dos novos pronunciamentos contábeis.

A Companhia efetuou análise de todas as isenções voluntárias, sendo apresentado abaixo o respectivo resultado e o tratamento dado pela Companhia:

a) **Isenção relativa à aplicação retroativa do ICPC 01:** a Companhia considerou impraticável remensurar, individualmente, os ativos que compõem a infraestrutura utilizada na concessão de serviço público nas suas datas de aquisição devido a: (i) dificuldade de obtenção da documentação necessária para suportar as transações no início da concessão, devido ao fato de algumas concessões já terem mais de 10 anos; (ii) migração de sistemas de dados; (iii) turnover de pessoal envolvido nos contratos e processos de concessões; (iv) modificações no controle acionário das entidades; e (v) diversos aditamentos aos contratos de concessão, entre outros fatores. Dessa forma, a Companhia optou pela adoção deste Pronunciamento a partir da data de transição. A justificativa para impraticabilidade de aplicação retroativa do ICPC 01 foi apreciada e aprovada pela Administração da Companhia em 28 de março de 2011.

b) **Isenção para apresentação do valor justo de imobilizado como custo de aquisição:** a Companhia optou por não re-mensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição adotado no BRGAAP como valor do imobilizado, levando em consideração sua avaliação dos itens que compõe o saldo deste ativo, a vida útil estar razoavelmente refletidas na taxa de depreciação e a relevância deste critério.

c) **Benefícios a empregados CPC 33 (IAS 19):** a Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais decorrentes de planos de benefícios a empregados na data de adoção inicial dos novos CPC's contra patrimônio líquido. A partir desta data, a Companhia reconhece os ganhos e perdas atuariais seguindo a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente serão reconhecidos na extensão que superarem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado.

d) **Exceções obrigatórias para combinações de negócios:** a Companhia adotou o CPC 15 (IFRS 3R) a partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2010 com efeito retroativo apenas para o exercício imediatamente anterior (iniciado em 01 de janeiro de 2009).

e) **Isenção relativa à mensuração de instrumentos financeiros compostos:** A Companhia não possuía instrumentos financeiros compostos de acordo com o CPC 39 (IAS 32).

O CPC 37 (IFRS 1), além das isenções voluntárias, também proíbe expressamente o ajuste de determinadas transações na primeira adoção, pois exigiria que a administração efetuasse análises de condições passadas, após o resultado das respectivas transações. As exceções obrigatórias contemplam:

a) **Contabilização de baixa de ativos e passivos financeiros:** A Companhia não efetuou ajustes retrospectivos em seus ativos e passivos financeiros, para fins de primeira aplicação do CPC.

b) **Registro de operações de hedge:** A Companhia não possuía qualquer operação classificada como hedge para fins de CPC na data de transição.

c) **Mudanças nas estimativas:** As estimativas adotadas na transição para o CPC são consistentes com as estimativas adotadas pelos critérios contábeis anteriores.

3.2 Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas

Em conformidade ao CPC 37 R (IFRS 1) a Companhia apresenta a conciliação do ativo, passivo, resultado, patrimônio líquido e resultado abrangente, da Controladora e Consolidado, dos exercícios tornados públicos anteriormente nas informações anuais referente aos períodos de 1º de janeiro de 2009 (data de transição) e 31 de dezembro de 2009, preparados de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2009 e com as normas internacionais, considerando os CPCs vigentes em 2010.

A transição para as novas práticas contábeis não teve impactos materiais na demonstração dos fluxos de caixa.

Balanço em 31 de dezembro de 2009:

Ativo	Controladora			Consolidado		
	Publicado 2009	Ajustes/Reclassificações	Reapresentado 2009	Publicado 2009	Ajustes/Reclassificações	Reapresentado 2009
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	22.101	-	22.101	22.103	-	22.103
Aplicações financeiras	31.600	-	31.600	31.600	-	31.600
Créditos a receber	6.034	-	6.034	6.034	-	6.034
Estoques	8.321	454	8.775	8.321	454	8.775
Impostos a recuperar	1.079	-	1.079	1.079	-	1.079
Adiantamento de proventos	1.474	-	1.474	1.474	-	1.474
Adiantamento a fornecedores	4.948	-	4.948	4.948	-	4.948
Despesas antecipadas	3.494	-	3.494	3.494	-	3.494
Total do ativo circulante	79.051	454	79.505	79.053	454	79.507
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						
Aplicações financeiras	18.871	-	18.871	18.871	-	18.871
Créditos com pessoas ligadas	31.646	-	31.646	31.646	-	31.646
Créditos a receber	4.025	-	4.025	4.025	-	4.025
Estoques	454	(454)	-	454	(454)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(e) 34.118	(4.264)	29.854	34.118	(4.264)	29.854
Depósitos judiciais	(a) 12.608	2.891	15.499	12.608	2.891	15.499
Total do realizável a longo prazo	101.722	(1.827)	99.895	101.722	(1.827)	99.895
Investimentos	2	-	2	-	-	-
Imobilizado	119.194	-	119.194	119.194	-	119.194
Intangível	(b) 1.568.639	11.749	1.580.388	1.568.839	11.749	1.580.388
Total do ativo não circulante	1.789.557	9.922	1.799.479	1.789.555	9.922	1.799.477
TOTAL DO ATIVO	1.868.608	10.376	1.878.984	1.868.608	10.376	1.878.984

Passivo	Controladora			Consolidado		
	Publicado 2009	Ajustes/Reclassificações	Reapresentado 2009	Publicado 2009	Ajustes/Reclassificações	Reapresentado 2009
CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	(c) 560.764	(1.314)	559.450	560.764	(1.314)	559.450
Fornecedores	55.402	-	55.402	55.402	-	55.402
Impostos, taxas e contribuições a pagar	6.635	-	6.635	6.635	-	6.635
Salários, provisões e contribuições sociais (d)	12.650	521	13.171	12.650	521	13.171
Concessões de serviços públicos	27.550	-	27.550	27.550	-	27.550
Participações a empregados	2.300	-	2.300	2.300	-	2.300
Contas a Pagar	54.817	-	54.817	54.817	-	54.817
Serviços a prestar	3.418	-	3.418	3.418	-	3.418
Total do passivo circulante	723.536	(793)	722.743	723.536	(793)	722.743
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	231.351	-	231.351	231.351	-	231.351
Concessões de serviços públicos	234.864	-	234.864	234.864	-	234.864
Impostos, taxas e contribuições	1.526	-	1.526	1.526	-	1.526
Provisão para contingências	(a) 9.453	2.891	12.344	9.453	2.891	12.344
Receita Diferida	2.443	-	2.443	2.443	-	2.443
Total do passivo não circulante	479.637	2.891	482.528	479.637	2.891	482.528
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	650.000	-	650.000	650.000	-	650.000
Resultado do exercício	(4.565)	8.278	3.713	(4.565)	8.278	3.713
Total do patrimônio líquido dos controladores	645.435	8.278	653.713	645.435	8.278	653.713
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.000	-	20.000	20.000	-	20.000
Total do patrimônio líquido	665.435	-	673.713	665.435	-	673.713
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.868.608	10.376	1.878.984	1.868.608	10.376	1.878.984

Descrição	Publicado 2009	Ajustes/Reclassificações	Reapresentado 2009
	Nota		
Receita de serviços bruta			
Receita com passagens		30.607	30.607
Receitas acessórias		2.000	2.000
Receita da Construção (IFRIC 12)	(b)	-	26.475
Impostos e contribuições sobre a receita		(2.121)	(2.121)
Receita operacional líquida		30.486	56.961
Custos com receita com passagens		(18.248)	1.026
Custos com receitas acessórias		(10)	(10)
Custo da Construção (IFRIC 12)	(b)	-	(25.868)
Lucro bruto		12.228	13.861
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais, administrativas e com vendas		(37.894)	(39.022)
Outras receitas (despesas) operacionais - líquidas		334	334
Resultado da equivalência patrimonial	(b)	26.325	7.077
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		993	8.575
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras		24.626	24.626
Despesas Financeiras	(c)	(51.839)	(50.525)
Total do resultado financeiro		(27.213)	(25.899)
Resultado antes do imposto de renda, da contribuição social e das participações		(26.220)	8.896
Impostos de renda e contribuição social diferidos		21.847	(618)
Participações dos empregados		(192)	(192)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(4.565)	3.713

Descrição dos principais ajustes decorrentes dos novos pronunciamentos contábeis que afetaram as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

(a) Apresentação de depósitos judiciais - No Brasil, de acordo com a NPC 22/05, não raramente, a administração de uma entidade questiona a legitimidade de determinados passivos, e, por conta desse questionamento, por ordem

judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão são depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate do depósito, a menos que ocorra o desfecho favorável da questão para a entidade, o depósito deverá ser apresentado deduzindo o valor do passivo. Quanto à divulgação, conforme parágrafo 76, nos casos em que, para fins de divulgação, ocorrer a compensação de passivos com os valores depositados em juízo, permitida nos termos desta NPC, deverão ser destacadas, em nota explicativa, as quantias em que estão sendo compensadas e a explicação das eventuais diferenças existentes.

(b) **Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05)** - Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. Em decorrência da adoção dessa interpretação e resultante do contrato de concessão que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Companhia reconhece: (i) um ativo intangível que corresponde à cessão de uso dos bens que compõem a infra-estrutura necessária para a realização dos serviços públicos e, devido a natureza dos seus contratos de concessão, as controladas não reconheceram ativo financeiro correspondente ao valor que poderia ser devido, direta ou indiretamente, pelo concedente. O ativo intangível reconhecido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias está mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível está mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados e deduzidos da amortização acumulada. A amortização passou a ser efetuada pelo prazo da respectiva concessão.

(c) **Taxa efetiva - financiamentos (CPC 08 e 38)** - A Companhia reconheceu os juros dos empréstimos pelo método da taxa efetiva. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia revisou sua política contábil no âmbito do Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e retificação de erro e efetuou o registro dos empréstimos com base na taxa efetiva no balanço de abertura. Assim, as práticas contábeis da Companhia convergem plenamente com as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

(d) **Plano de benefícios a empregados** - A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais decorrentes de planos de benefícios a empregados na data de adoção inicial dos novos CPC's contra patrimônio líquido. A partir desta data, a Companhia reconhece os ganhos e perdas atuariais seguindo a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente serão reconhecidos na extensão que superarem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado.

(e) **Imposto de renda e contribuição social** - Os impostos diferidos foram registrados sobre diferenças temporárias relacionadas às diferenças entre a prática contábil anterior e os novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

3.3 Reapresentação das ITR de 2010, comparativamente com as de 2009 também ajustadas às normas de 2010

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011 a Companhia apresenta abaixo os efeitos no resultado e no patrimônio líquido dos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010 e 2009, decorrentes da plena adoção das normas de 2010:

Reconciliação do patrimônio líquido:

	Controladora e Consolidado					
	2009			2010		
Trimestre findo em:	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10
Patrimônio Líquido	662.972	658.702	655.701	653.745	634.700	622.984
Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05)	-	-	-	2.490	3.502	3.909
Depreciação - vida útil	-	-	-	(2.067)	(3.628)	(4.993)
Taxa efetiva - financiamentos	-	-	-	2.300	1.922	2.610
Plano de benefícios	-	-	-	(521)	(521)	(521)
Resultado de equivalência patrimonial	-	2.522	5.490	7.077	7.077	7.077
Efeito dos tributos sobre os ajustes	-	-	-	(749)	(434)	(342)
Patrimônio Líquido reapresentado	662.972	661.224	661.191	662.275	642.618	630.724

	Controladora e Consolidado					
	2009			2010		
Resultado do trimestre findo em:	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10
Resultado do período	(7.028)	(4.270)	(3.001)	(4.344)	(22.923)	(11.016)
Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05)	-	-	-	1.464	1.012	407
Depreciação - vida útil	-	-	-	(2.067)	(1.561)	(1.365)
Taxa efetiva - financiamentos	-	-	-	986	(378)	688
Resultado de equivalência patrimonial	-	2.522	2.968	-	-	-
Efeito dos tributos sobre os ajustes	-	-	-	(130)	315	92
Patrimônio Líquido reapresentado	(7.028)	(1.748)	(33)	(4.091)	(23.535)	(11.194)

Reconciliação do resultado acumulado:

	Controladora e Consolidado					
	2009			2010		
Resultado do período findo em:	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10
Resultado do período	(7.028)	(11.298)	(14.299)	(4.344)	(27.267)	(38.283)
Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05)	-	-	-	1.464	2.476	2.833
Depreciação - vida útil	-	-	-	(2.067)	(3.628)	(4.993)
Taxa efetiva - financiamentos	-	-	-	986	608	1.296
Resultado de equivalência patrimonial	-	2.522	5.490	-	-	-
Efeito dos tributos sobre os ajustes	-	-	-	(130)	185	294
Patrimônio Líquido reapresentado	(7.028)	(8.776)	(8.809)	(4.091)	(27.626)	(38.853)

Estas informações trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

4. Contratos de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos de transporte metroviário de passageiros, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. Segue abaixo um breve descritivo do contrato:

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - METRÔ RIO detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o METRÔ RIO e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Além da receita com passagens, o METRÔ RIO faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão.

O METRÔ RIO é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao METRÔ RIO a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens; sendo responsabilidade do METRÔ RIO zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o METRÔ RIO firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038. Até aquele momento, com base nos termos até então vigentes, a concessão se encerraria em 27 de janeiro de 2018. A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo METRÔ RIO, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte.

O Contrato determinava, e o Aditivo manteve, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado ("IGP-M"), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

No evento da extinção do contrato de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à concessão. O METRÔ RIO terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

O contrato de concessão foi classificado como ativo intangível à medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia. Em 2010 não houve alteração relevante no contrato de concessão.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Resultado do período findo em:						
Caixa e equivalentes de caixa em reais						
Ca						

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI, Certificados de Depósito Bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

O montante aplicado em moeda doméstica refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 98,5% e 103,2% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e com liquidez imediata.

Parte das aplicações financeiras demonstradas acima está vinculada a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 21, e descrito abaixo:

- R\$3.088 (intermediador Banco Safra S.A.) e R\$6.476 (intermediador Banco Bradesco S.A.) referem-se a garantias para contratação de cartas de fiança, cuja finalidade é servir de garantia nos processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais, proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária e nos contratos de fornecimento de serviço.

- R\$1.568 (Banco Itaú BBA), R\$1.280 (Banco Bradesco S.A.), R\$922 (Banco Safra), R\$13 (Banco Real) e R\$34 (HSBC) referem-se a valores bloqueados judicialmente nas aplicações financeiras para atender a processos trabalhistas e cíveis.

- R\$7.326 referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela Companhia junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 7 de maio de 2008, 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES. Mais detalhes sobre esta operação estão descritos na Nota Explicativa nº 13.

- R\$84 referem-se ao montante remanescente do ano de 2010 para a realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro, de acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Aditivo.

6. Créditos a receber

Resultado do período findo em:	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante						
Venda de passagens (a)	9.824	4.919	–	9.824	4.919	–
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	2.583	4.979	–	2.583	4.979	–
Outros títulos a receber	86	459	–	86	459	–
Menos: provisão para créditos duvidosos	(5.743)	(4.323)	–	(5.743)	(4.323)	–
Créditos a receber circulante - líquido	6.750	6.034	–	6.750	6.034	–
Não circulante						
Estado do Rio de Janeiro						
Gratuidades a compensar (c)	4.043	4.025	–	4.043	4.025	–
Créditos a receber não circulante	4.043	4.025	–	4.043	4.025	–

Os valores relativos à contas a receber são:

(a) Receita de passagens a prazo a clientes corporativos, receita em custódia da transportadora de valores e receita na bilheteria a recolher;

(b) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios); e

(c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do exercício	(4.323)	–	(4.323)	–
Adições	(6.008)	(2.638)	(6.008)	(2.638)
Incorporação	–	(1.685)	–	(1.685)
Valores recuperados	4.588	–	4.588	–
Saldo no fim do exercício	(5.743)	(4.323)	(5.743)	(4.323)

O montante de valores vencidos a mais de 90 dias é de R\$ 5.743.

Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08

Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Artigo 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento.

Em outubro e novembro de 2009 e janeiro de 2010, a Companhia compensou ICMS incidentes sobre consumo de energia elétrica, no montante de R\$ 391.

A Companhia recebeu o montante de R\$ 375 em janeiro de 2010 e R\$ 213 em setembro de 2010 referentes à gratuidade estudantil.

7. Estoques

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Material auxiliares e de manutenção e bilhetes	8.901	5.586	–	8.901	5.586	–
Adiantamento a fornecedores	1.268	1.143	–	1.268	1.143	–
Importações em andamento	4.010	2.046	–	4.010	2.046	–
Total	14.179	8.775	–	14.179	8.775	–

8. Impostos a recuperar e diferidos, taxas e contribuições

a) Impostos a recuperar - circulante

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ISS e ICMS	316	238	–	316	238	–
IRRF sobre aplicações financeiras	5.922	398	–	5.922	398	–
Imposto de renda e contribuição social antecipado	391	398	–	391	398	–
Outros	401	45	–	401	45	–
Total	7.030	1.079	–	7.030	1.079	–

b) Impostos, taxas e contribuições a pagar - circulante

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Imposto de renda e contribuição social	1	1	–	1	1	–
PIS e COFINS	1.502	1.355	–	1.502	1.355	–
ISS - Parcelamento	–	3.291	–	–	3.291	–
ISS	994	848	–	994	848	–
ICMS	318	314	–	318	314	–
Imposto de renda retido na fonte	673	201	–	673	201	–
Taxa AGETRANSP-RJ	441	437	–	441	437	–
Contribuições retidas	717	188	–	717	188	–
Outros	207	–	–	207	–	–
Total	4.853	6.635	–	4.853	6.635	–

Parcelamento de Impostos Municipais - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

Em 30 de novembro de 2005, a Companhia efetuou pedido de parcelamento junto à Secretaria Municipal de Fazenda em até 60 meses referente ao Auto de Infração, tendo o mesmo sido aprovado. O parcelamento foi atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-Especial ("IPCA-E"). O parcelamento foi quitado em novembro de 2010.

c) Impostos, taxas e contribuições a pagar - Não circulante

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Imposto de renda e contribuição social	1.400	1.370	–	1.400	1.370	–
PIS e COFINS	157	156	–	157	156	–
Total	1.557	1.526	–	1.557	1.526	–

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

De acordo com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Se houver fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, essas projeções serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

Natureza	31/12/2010	31/12/2009	Fundamento para realização
Prejuízo fiscal	18.247	15.038	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com prejuízo fiscal.
Base negativa de contribuição social	6.586	5.422	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com base negativa de contribuição social.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.953	1.470	Realização pelo recebimento ou efetivação da perda, ou ainda pela aquisição de dedutibilidade face ao ajuizamento da cobrança e prazo de vencido maior que 2 anos.
Provisão para contingências	4.589	4.197	Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável).
Excesso amortização outorga suplementar	8.158	5.451	Expectativa de realização conforme pagamento da outorga suplementar.
Provisão impostos	–	1.475	Realização pelo pagamento ou compensação dos impostos.
Outras diferenças temporárias	(2.865)	(4.264)	
Outros	270	1.065	
	36.938	29.854	

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme demonstrado a seguir:

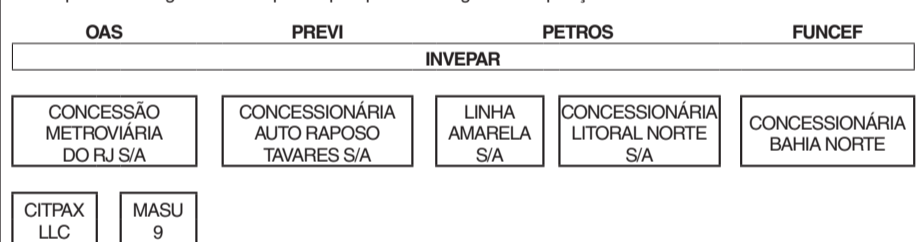
	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
2013	8.303	–	–	8.303	–	–
2014	7.506	–	–	7.506	–	–
2015	10.814	3.414	–	10.814	3.414	–
2016	10.315	9.291	–	10.315	9.291	–
2017	–	8.884	–	–	8.884	–
2018 a 2019	–	8.265	–	–	8.265	–
Total	36.938	29.854	–	36.938	29.854	–

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(24.427)	(17.324)	(24.427)	(17.324)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	8.305	5.890	8.305	5.890
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do exercício:				
Adições permanentes -				
Despesas não dedutíveis	(2.592)	(104)	(2.592)	(104)
Exclusões permanentes -				
Receitas Isentas de Impostos	710	11.357	710	11.357
Outros	631	4.086	631	4.086
Imposto de renda e contribuição social diferido	7.054	21.229	7.054	21.229
Constituição dos impostos diferidos				
Provisões temporárias	12.105	9.394	12.105	9.394
Base negativa	24.833	20.460	24.833	20.460
Total dos impostos diferidos	36.938	29.854	36.938	29.854
Total dos impostos no resultado	7.054	21.229	7.054	21.229

9. Partes relacionadas

A Companhia é integrante do Grupo Invepar que tem a seguinte composição:



As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras. Em relação aos mútuos da Companhia com suas partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade de caixa destas sociedades para o funcionamento das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros descritos abaixo.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, previdência privada, assistência médica e dentária, no montante de R\$4.159 no ano de 2010 (R\$404 no ano de 2009).

	2010			2009		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Pró-labore	3.178	15	3.193	292	25	317
Encargos	636	3	639	58	5	63
Benefícios	327	–	327	24	–	24
Total	4.141	18	4.159	374	30	404

Contrato de mútuo

No decorrer de 2010 foram celebrados contratos de mútuos com a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (CART) com as características descritas ao lado:

Nome da parte relacionada	CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.
Objeto do contrato	Empréstimo
Garantias e seguros relacionados	Não há garantias
Condições de rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido pelas partes no caso de inadimplemento de qualquer obrigação ou por acordo forma entre as partes
Natureza e razões para a operação	(i) Empréstimo "ponte" até liberação de financiamento contratado pela mutuaría

Empréstimos nos montantes de R\$45.000 e R\$ 35.000, concedidos em 25 de março e 31 de março de 2010, respectivamente, com encargos financeiros à taxa 125% do CDI, foram quitados em 25 de abril de 2010.

Empréstimo no montante de R\$34.000 concedido em 30 de junho de 2010, com encargos financeiros à taxa CDI acrescida de 0,20% a.m., foi totalmente quitado em 30 de julho de 2010.

Em 14 de outubro de 2009, a coligada CART firmou contrato de mútuo com a Companhia no montante de R\$70.000. Este contrato possuía o vencimento em 11 de fevereiro de 2010, com encargos financeiros à taxa 130% do CDI. Em 29 de dezembro de 2009, a coligada CART antecipou o pagamento de R\$ 40.000, e no primeiro trimestre de 2010 quitou o empréstimo.

O valor total de receita financeira dos contratos acima mencionados montam R\$ 2.503 (R\$ 1.646 em 2009).

Debêntures

Conforme descrito na Nota Explicativa 13, em 15 de março de 2010 a Companhia efetuou emissão privada de debêntures, que foram integralmente subscritas por seu acionista controlador.

Contas a pagar

A Companhia possui um contas a pagar para a sua controladora no valor de R\$767, referentes a despesa paga pela holding que serão reembolsadas pela Companhia em 2011.

10. Imobilizado

	Taxas anuais		Controladora e Consolidado								
	médias ponderadas de depreciação %	Saldo em 01/01/2009	Incorporação	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2010
Imobilizado											
Benfeitorias em prédios de terceiros	11,48%	-	1.547	25	-	-	1.572	803	-	(85)	2.290
Benfeitorias em instalações, máquinas, veículos e equipamentos de terceiros	12,60%	-	113.503	5.741	-	10.013	129.257	9.175	(77)	33.176	171.531
Máquinas e equipamentos	12,60%	-	12.555	297	-	564	13.416	5.659	-	(289)	18.786
Móveis e utensílios	10%	-	4.607	334	-	(237)	4.704	2.019	(1)	(212)	6.510
Veículos	20%	-	1.876	-	-	-	1.876	790	(266)	-	2.400
Equipamentos de computação	20%	-	3.125	567	(30)	-	3.662	1.292	(251)	(7)	4.696
Sistemas aplicativos de software	20%	-	1.249	214	-	-	1.463	500	-	(8)	1.955
Imobilizado em andamento		-	11.489	-	-	600	2.089	8.033	-	957	21.079
Peças sobressalentes		-	13.543	4.197	-	(7.172)	10.568	30.142	-	(28.432)	12.278
Adiantamento a fornecedores		-	6.227	3.189	-	(3.768)	5.648	768	-	(5.100)	1.316
Imobilizado bruto		-	169.721	14.564	(30)	-	184.255	59.181	(595)	-	242.841
Benfeitorias em prédios de terceiros		-	(511)	(13)	-	-	(524)	(151)	-	-	(675)
Benfeitorias em instalações, máquinas, veículos e equipamentos de terceiros		-	(51.688)	(1.197)	-	-	(52.885)	(17.252)	3	-	(70.134)
Máquinas e equipamentos		-	(4.546)	(129)	-	-	(4.675)	(1.553)	-	-	(6.228)
Móveis e utensílios		-	(2.399)	(36)	-	-	(2.435)	(432)	1	-	(2.866)
Veículos		-	(1.139)	(20)	-	-	(1.159)	(305)	79	-	(1.385)
Equipamentos de computação		-	(2.195)	(110)	5	-	(2.300)	(1.584)	148	-	(3.736)
Sistemas aplicativos de software		-	(1.063)	(20)	-	-	(1.083)	(218)	-	-	(1.301)
Depreciação acumulada		-	(63.541)	(1.525)	5	-	(65.061)	(21.495)	231	-	(86.325)
Imobilizado líquido		-	106.180	-	-	-	119.194	-	-	-	156.516

Os investimentos em imobilizado da Companhia consistem essencialmente na aquisição de bens e serviços necessários a realização da operação, benfeitorias no material rodante (carros metrô), nas estruturas das vias, nas estações, no Centro de Manutenção, no Centro de Controle Operacional e na aquisição de equipamentos de tecnologia da informação.

De acordo com o CPC01/IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

11. Intangível

	Controladora e Consolidado							
	Saldo em 01/01/09	Incorp-oração	Adições	Perdas	Saldo em 31/12/09	Adições	Perdas	Saldo em 31/12/10
Concessão de serviços públicos								
Outorga principal (até janeiro de 2018) (a)	-	311.389	-	-	311.389	-	-	311.389
Outorga suplementar (até janeiro de 2018) (b)	-	162.940	-	-	162.940	-	-	162.940
Outorga principal e suplementar (2018-2038) (c)	-	300.042	78.623	-	378.665	359.927	-	738.592
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (d)	-	932.843	-	-	932.843	-	-	932.843
Direito de software	-	2.992	868	-	3.860	1.251	-	5.111
Outros	-	14	-	-	14	-	-	14
Total intangível bruto	-	1.710.220	79.491	-	1.789.711	361.178	-	2.150.889
Outorga principal (até janeiro de 2018)	-	(152.642)	(483)	-	(153.125)	(5.652)	-	(158.777)
Outorga suplementar (até janeiro de 2018)	-	(23.816)	(422)	-	(24.238)	(4.928)	-	(29.166)
Outorga principal e suplementar (2018-2038) (c)	-	(4.257)	(1.032)	-	(5.289)	(21.216)	-	(26.505)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	-	-	(24.237)	-	(24.237)	(32.168)	-	(56.405)
Direito de software	-	(2.416)	(18)	-	(2.434)	(447)	-	(2.881)
Amortização acumulada (e)	-	(183.131)	(26.192)	-	(209.323)	(64.411)	-	(273.734)
Total intangível líquido	-	1.527.089	-	-	1.580.388	-	-	1.877.155

(a) Decorrente do direito de outorga principal para o primeiro período de concessão (até 27 de janeiro de 2018): O montante contabilizado referente ao Ativo intangível - Outorga principal, de R\$311.389, é referente ao direito da Outorga principal de exploração da Concessão para o período até 27 de janeiro de 2018. Para mais informações, vide Nota Explicativa nº 14.

(b) Decorrente do direito de outorga suplementar para o primeiro período de concessão (até 27 de janeiro de 2018): O montante contabilizado referente ao Ativo intangível - Outorga suplementar, de R\$162.940, é referente ao direito da Outorga suplementar de exploração da Concessão para o período até 27 de janeiro de 2018.

(c) Decorrente do direito de outorga principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038):

Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 14, através do Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutive, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível.

(d) Concessão (decorrente de aquisição de controle)

Direito de concessão obtido na aquisição de controle do Metrô-Rio. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

(e) Prazo de amortização

A amortização do intangível referente à Concessão é linear de acordo com o número de dias restantes para o final do período (até 27 de janeiro de 2038). O valor é registrado na conta de Despesa de amortização da concessão, no custo com receitas de passagens e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no Ativo intangível.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

(f) Provisão para redução do valor recuperável de ativos

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado representativo dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento de suas operações.

O processo de determinação do Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, considerando se tratar de ativos intangíveis com prazo de vida útil definida.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxas de desconto que variam de 12,8% a 16,9% ao ano.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue: • **Receitas** - As receitas foram projetadas entre 2011 e 2015 considerando o crescimento da base de usuários. • **Custos e despesas operacionais** - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas. • **Investimentos de capital** - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infra-estrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, visto que o valor estimado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

12. Investimentos

Em 31 de janeiro de 2007, a Companhia adquiriu uma empresa inoperante MASU 9 visando ter a sua disposição uma subsidiária para desenvolver atividades acessórias, nos termos do Parágrafo 7º, da Cláusula 8ª do Contrato. A empresa MASU9 Participações Ltda, é uma subsidiária integral da companhia, que possui 99,95% do Capital social da investida que totaliza R\$2, totalmente subscrito e integralizado, e que está dividido em 2.000 (duas mil) quotas com valor nominal de R\$1,00 (um) real cada uma. A referida empresa continua inoperante, não gera receita e não possui contingências, compromissos, avais ou garantias em favor de terceiros.

O ativo, passivo da controlada em milhares de Reais em 31 de dezembro de 2010 e 2009 estão abaixo demonstrados:

	Masu 9	
	31/12/2010	31/12/2009
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	2	2
Total do ativo	2	2
Passivo e Patrimônio líquido		
Capital social	2	2
Total do passivo e patrimônio líquido	2	2

Em 10 de outubro de 2008, a Companhia constituiu subsidiária no exterior Citpax LLC, com participação integral no capital, com o objetivo de: (a) promover no exterior a marca da Companhia; (b) coordenar esforços para a exploração, via subsidiária, de serviços de transporte urbano de passageiros no exterior; (c) buscar novos padrões tecnológicos para o aperfeiçoamento das operações da Companhia; e (d) servir como um centro de supervisão para eventuais transferências

de tecnologia e serviços contratados junto a prestadores de serviços sediados no exterior. O capital social da investida é de US\$8,200 (oito milhões e duzentos mil) dólares, totalmente integralizados. A Citpax é considerada uma filial da Companhia por não possuir corpo gerencial próprio, autonomia administrativa, não contratar operações próprias, utilizar a moeda do Metrô Rio como moeda funcional e funcionar, na essência, como extensão das atividades do Metrô Rio.

	Citpax	
	31/12/2010	31/12/2009
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	8.849	11.444
Adiantamento a fornecedores	5.723	4.412
Outros	135	-
Total do ativo	14.707	15.856
Passivo		
Contas a pagar Metrô Rio	3.369	3.369
Outras contas a pagar	458	1.001
	3.827	4.370
Patrimônio líquido		
Capital social	15.349	15.349
Prejuízos acumulados	(4.469)	(3.863)
	10.880	11.486
Total do passivo e patrimônio líquido	14.707	15.856

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de empréstimos e financiamentos estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	Taxa efetiva	Controladora e Consolidado		
					31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
BNDES Direto 1	TJLP	2,02% a.a.	15/05/2015	9,81%	27.838	32.847	-
BNDES Direto 2	TJLP	1,92% a.a.	15/02/2017	10,24%	43.057	13.377	-
BNDES Direto 3							
Subcrédito "A"	TJLP	1,72% a.a.	15/10/2024	8,77%	269.677	175.224	-
Subcrédito "C"	TJLP	1,72% a.a.	15/09/2024	8,77%	29.941	-	-
FINEP							
Subcrédito "A"	TJLP	5,25% a.a.	15/01/2018	7,21%	9.709	5.209	-
Subcrédito "B"	TJLP	8,25% a.a.	15/01/2018	7,21%	10.104	4.878	-
Financiamento Importação							
Calyon	USD	3,44% a.a.	02/11/2016	4,45%	8.553	10.473	-
Nota promissória							
Banco Votorantim	DI	130%	04/01/2010	10,37%	-	52.683	-
Banco Itaú BBA	DI	130%	04/01/2010	10,37%	-	52.683	-
Banco do Brasil	DI	126%	13/03/2010	-	-	443.542	-
Banco Votorantim 1ª série	DI	122%	12/03/2011	13,92%	31.137	-	-
Banco Itaú BBA 1ª série	DI	122%	12/03/2011	13,92%	83.031	-	-
Banco Bradesco 1ª série	DI	122%	12/03/2011	13,92%	51.894	-	-
Conta garantia							
Banco do Nordeste	DI	4% a.a.	-	-	-	1.199	-
Total					564.941	792.115	-
Taxa efetiva					(2.000)	(1.314)	-
Parcelas de curto prazo					(206.312)	(559.450)	-
Parcelas de longo prazo					356.629	231.351	-
Composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:							
2012						25.558	
2013						33.319	
2014						35.340	
2015						35.341	
2016						35.341	
2017						28.000	
2018-2024						163.730	
						356.629	

BNDES

Em 07 de maio de 2008, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES ("BNDES Direto 1"), no montante total de R\$34.314, bem como da respectiva garantia, em consonância com a Decisão nº 170/2008, de 11 de março de 2008, da Diretoria do colegiado do BNDES. O crédito será posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados sejam feitas. Em 23 de junho de 2010, foi desembolsado pelo BNDES à Companhia o montante de R\$1.170, perfazendo o total da linha de crédito.

A amortização do principal do financiamento acima referido será feita em 66 prestações mensais e sucessivas entre 15 de dezembro de 2009 e 15 de maio de 2015.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de maio de 2008 e 15 de novembro de 2009 e, serão pagos mensalmente, no período de amortização.

Em 6 de fevereiro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES ("BNDES Direto 2"), no montante de R\$52.166, bem como da respectiva garantia, em consonância com a Decisão nº 913/2008, de 28 de outubro de 2008, da Diretoria do colegiado do BNDES. Até 31 de dezembro de 2010, havia sido desembolsado pelo BNDES à Companhia o montante de R\$42.643.

A amortização do principal do financiamento acima referido será feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de março de 2011 e 15 de fevereiro de 2017.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 1,92% a.a. mais TJLP. Os juros serão pagos trimestralmente entre 15 de fevereiro de 2009 e 15 de março de 2011, e mensalmente, no período de amortização.

Em 16 de setembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES ("BNDES Direto 3"), o montante total de crédito posto à disposição da Companhia foi de R\$422.410, divididos em três subcréditos: "A" (R\$343.214), "B" (R\$3.200) e "C" (R\$75.996), para cobrir, principalmente, os desembolsos com as obras do projeto do Metrô do Século XXI. Até 31 de dezembro de 2010, havia sido desembolsado pelo BNDES à Companhia o montante de R\$295.435 (sendo R\$265.795 do subcrédito "A" e R\$29.640 do subcrédito "C").

A amortização do principal do subcrédito "A" será feita em 150 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2012 e 15 de outubro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito "A" incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros serão pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de abril de 2012, e mensalmente no período de amortização.

A amortização do principal do subcrédito "B" será feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de novembro de 2011 e 15 de outubro de 2017. Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirá a TJLP. Os juros serão pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de outubro de 2011, e mensalmente no período de amortização.

A amortização do principal do subcrédito "C" será feita em 132 prestações mensais e sucessivas entre 15 de outubro de 2013 e 15 de setembro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros serão pagos trimestralmente entre 15 de setembro de 2010 e 15 de setembro de 2013, e mensalmente no período de amortização.

As principais garantias dos contratos de financiamento BNDES Direto 1, BNDES Direto 2 e BNDES Direto 3 são as seguintes:

- Vinculação de parcela da receita tarifária decorrente da prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros, em valor mensal não inferior a R\$19.906, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA.

- Constituição de conta reserva com saldo não inferior a R\$6.635, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da data da assinatura.

- Constituir penhor em favor do BNDES, em 1º grau para BNDES Direto 1, em 2º grau para o BNDES Direto 2 e em 3º grau para o BNDES Direto 3, sobre os seus Direitos Creditórios emergentes do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a intervenção de terceiros, em 27 de janeiro de 1998, e seus posteriores aditivos, abrangendo

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A

CNPJ nº 10.324.624/0001-18



Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos. A Administração da Companhia entende que esta condição não foi violada. Adicionalmente, esses contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Tanto para o contrato BNDES Direto 1 quanto para o contrato BNDES Direto 2, o índice financeiro é o seguinte: LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) sobre Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 2. Em função das disposições do item 74 do CPC 26, a Companhia reclassificou o montante passivo de R\$ 21.462 mil, referente a um financiamento contratado junto ao BNDES, de não circulante para circulante.

Financiamento importação

Em 26 de dezembro de 2008 a Companhia firmou um contrato de financiamento de importação junto ao Banco Calyon para cobrir até 85% das importações de equipamentos para o projeto de implantação de um sistema de sinalização ATP ("Automatic Train Protection"), objeto do contrato firmado com a GE Transportation Systems SPA. O financiamento contratado monta o equivalente em dólares norte-americanos a até EUR 4.368, e terá atualização pela variação cambial e juros de 3,44% ao ano. A liberação dos recursos é feita pelo Banco Calyon diretamente ao fornecedor no exterior, à medida que os equipamentos são embarcados. A amortização do principal será realizada em dólar e em 14 parcelas semi-anuais consecutivas, vencendo a primeira 6 meses após a liberação realizada pelo banco ao fornecedor, juntamente com o juro acumulado até essa data. O primeiro pagamento ao fornecedor no exterior foi realizado em setembro de 2009, no montante de USD 3.225, o segundo pagamento foi realizado em outubro de 2009, no montante de USD 2.731.

Em 26 de janeiro de 2010, a Companhia contratou junto ao HSBC Bank Brasil S.A., um financiamento importação (FINIMP) para pagamento ao fornecedor Vossloh Cogifer, no montante de EUR 525. Sobre o principal da dívida incidem juros de 0,9% a.a. mais a Libor. Os juros serão amortizados em parcela única juntamente com o principal da dívida na data de vencimento do contrato, 23 de julho de 2010, data na qual o financiamento foi totalmente liquidado. Em 14 de maio de 2010, a Companhia contratou junto ao HSBC Bank Brasil S.A., um financiamento importação (FINIMP) para pagamento ao fornecedor Voestalpine BWG, no montante de EUR 612. Sobre o principal da dívida incidem juros de 0,7% a.a. mais a Libor. Os juros serão amortizados em parcela única juntamente com o principal da dívida na data de vencimento do contrato, 10 de novembro de 2010 data na qual o financiamento foi totalmente liquidado.

Notas promissórias

Em 15 de março de 2010, a Companhia emitiu Notas Promissórias coordenadas pelos bancos Itaú BBA, Bradesco e Votorantim no montante de R\$390.000. Na data em questão, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas.

Estes títulos foram remunerados em 125% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) e tinham prazo de até 180 dias (cento e oitenta) dias contados da data de emissão, vencendo em 11 de setembro de 2010. As Notas Promissórias foram liquidadas em 13 de setembro de 2010.

Em 13 de setembro de 2010, a Companhia emitiu Notas Promissórias no montante de R\$390.000, coordenadas pelos bancos relacionados abaixo. Na data em questão, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas.

Bancos	Montante	Vencimento
Banco Votorantim 1ª série	30.000	12/03/2011
Banco Votorantim 2ª série	45.000	12/12/2010
Banco Itaú BBA 1ª série	80.000	12/03/2011
Banco Itaú BBA 2ª série	80.000	12/12/2010
Banco Bradesco 1ª série	50.000	12/03/2011
Banco Bradesco 2ª série	45.000	12/12/2010
Banco do Brasil	60.000	12/12/2010
Total	390.000	

Estes títulos farão jus à remuneração de 122% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) e têm prazo de vencimento demonstrado no quadro acima. As Notas Promissórias emitidas em 13 de setembro de 2010, coordenadas pelos Bancos Votorantim 2ª série, Itaú BBA 2ª série, Bradesco 2ª série e Banco do Brasil, foram liquidadas, na data do vencimento, em 12 de dezembro de 2010.

FINEP

Em 27 de agosto de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto à FINEP, em consonância com a Decisão nº 0102/09 da *Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP*, no montante total de R\$21.500, divididos em subcréditos "A" (R\$10.452) e "B" (R\$11.048). O crédito será posto à disposição da Companhia em quatro parcelas, à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados sejam feitas. Até 31 de dezembro de 2010, havia sido creditado pela FINEP à Companhia o montante de R\$19.760 (sendo R\$9.689 do subcrédito "A" e R\$10.071 do subcrédito "B").

A amortização será feita em 81 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2011 e 15 de janeiro de 2018. Sobre o principal da dívida dos subcréditos "A" e "B" incidirão juros de 5,25% a.a. e 8,25% a.a. respectivamente.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES "2" e "3", FINEP e Calyon foram capitalizados obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O montante capitalizado no quarto trimestre foi de R\$1.601 (R\$ 7.025 em 2010 e R\$ 9.827 em 2009).

Debêntures

Em 15 de março de 2010, foram subscritas 10 debêntures, conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 45.000 (quarenta e cinco milhões de reais), perfazendo o valor total de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais).

A oferta pública de colocação de debêntures foi aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária em 15 de março de 2010. Os recursos provenientes da emissão de debêntures serão utilizados na execução de seu plano de investimentos e expansão.

As principais características das debêntures são: **Quantidade:** 10 debêntures simples. Valor nominal unitário: R\$ 45.000. Data de emissão: 15 de março de 2010. Data de vencimento: 15 de março de 2020 (parcela única). Remuneração: IPCA + 9,75% a.a.. Pagamento de juros: Anual.

Até 31 de dezembro de 2010 os juros e atualização monetária das debêntures emitidas totalizavam R\$54.592, sendo que R\$19.750 estavam registrados no passivo não circulante e R\$34.842 no passivo circulante.

As debêntures poderão ser convertidas em ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da emissora a qualquer tempo, desde a data de Emissão até a data de vencimento.

As bases da conversão (i) deverão respeitar a proporção de ações ordinárias e preferenciais em que o capital social da Emissora estiver dividido à época da conversão; (ii) deverão respeitar a proporção em que as classes de ações ordinárias e/ou preferenciais estiverem divididas à época da conversão e (iii) serão calculadas tendo-se como parâmetro o valor do patrimônio líquido da ação, nos termos da fórmula abaixo:

Nº de ações = Valor nominal Unitário Atualizado / Valor Patrimonial da ação

Onde:

Nº de ações: Número de ações em que cada Debênture poderá ser convertida, respeitando-se a proporção entre ações ordinárias e preferenciais de diferentes classes, se for o caso.

Valor Nominal Unitário Atualizado: Valor nominal Unitário de cada Debênture, atualizado e remunerado pro rata temporis até o dia útil imediatamente anterior à data da conversão.

Valor Patrimonial da Ação: Valor patrimonial da ação estabelecido em conformidade com o patrimônio líquido constante das demonstrações financeiras do exercício social imediatamente anterior à data da conversão.

Avaliação de conversão futuras:

Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures em 31 de dezembro de 2010 foi feita a avaliação por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura, com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação e demais variáveis previstas na escritura de debêntures na data de encerramento das demonstrações financeiras. A administração concluiu ser nulo o valor justo das opções, em função que a conversão das debêntures em ações não se mostra ideal. Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa do valor justo poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro.

Cláusulas financeiras restritivas:

A escritura de emissão das debêntures prevêem que caso a Controladora não cumpra com a manutenção de seus índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, poderá declarar antecipadamente a dívida. Os índices de endividamento e cobertura de juros são os seguintes: (i) Dívida Líquida / Capitalização Total da Invepar inferior ou igual a 70%; (ii) Dívida Líquida / Patrimônio Líquido da Invepar inferior a 1,5; (iii) Dívida Líquida/LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da LAMSA inferior ou igual a 2,0; e (iv) Dívida Líquida / LAJIDA (consolidados) inferior ou igual a 5,8 em 2010, inferior ou igual a 5,0 entre 2011 e 2014, e inferior ou igual a 3,5 entre 2015 e 2020. Em 31 de dezembro de 2010 estes índices foram observados.

14. Concessão de serviço público

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante						
Outorga principal (a)	65.387	27.550	-	65.387	27.550	-
Outorga principal e suplementar (c)	58.849	-	-	58.849	-	-
	124.236	27.550	-	124.236	27.550	-
Não circulante						
Outorga principal (a)	105.404	149.266	-	105.404	149.266	-
Outorga suplementar (b)	79.113	85.598	-	79.113	85.598	-
Outorga principal e suplementar (c)	94.865	-	-	94.865	-	-
	279.382	234.864	-	279.382	234.864	-

a) Compromisso decorrente do direito de Outorga principal para o primeiro período de concessão (até 27 de janeiro de 2018)

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos.

Com base no Aditivo, o saldo de R\$170.791 será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018.

A distribuição deste compromisso, atualizado até 31 de dezembro de 2010 está assim programada:

2011	65.387
2012	105.404
Total	170.791

b) Compromisso decorrente do direito de Outorga suplementar para o primeiro período de concessão (até 27 de janeiro de 2018)

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2010, o Metrô Rio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório.

A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ. Em 31 de dezembro de 2010, esse compromisso somava R\$79.113 (R\$ 88.081 em 2009), líquido do montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente, no valor total de R\$44.562 (R\$ 43.459 em 2009). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem. Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos

processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

No decorrer do ano de 2010, o valor total da Outorga suplementar pago e/ou compensado através de depósitos judiciais totalizou R\$15.619 (R\$23.342 em 2009).

c) Compromisso decorrente do direito de Outorga principal e suplementar para o segundo período de concessão (entre 28 de janeiro de 2018 e 27 de janeiro de 2038)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Concessionária assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir o sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro que pertence à Concessão. A partir de 27 de dezembro de 2007, através do Aditivo, a Companhia também assumiu o compromisso de realizar investimentos destinados: (i) à implementação de novas estações metroviárias, inclusive a obrigação de concluir, em condições de operação, o trecho de 3,2 km, denominado Linha 1A (trecho inaugurado em 22 de dezembro de 2009), com a construção da Estação Cidade Nova (inaugurada em 1º de novembro de 2010), bem como a Estação Uruguaí, até 31 de dezembro de 2014; (ii) à aquisição de novos trens; e (iii) à modernização das operações. Em 31 de dezembro de 2010, os investimentos previstos no Aditivo estavam estimados entre R\$900.000 e R\$1.200.000, e deverão sofrer alterações à medida que os projetos executivos forem sendo definidos e obtidas as cotações definitivas de preços dos diversos componentes. No decorrer do ano de 2010, o valor investido totalizou R\$359.926 (346.172 em 2009).

Os gastos com a infra-estrutura da concessão são contabilizados conforme o CPC 17- contratos de construção, ou seja, todo gasto com infra-estrutura da concessão é contabilizado como custo da construção na DRE e é apurada uma receita de construção com uma margem, que no caso, como há terceirização da obra, a margem é apurada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária da Companhia e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. Esta receita de construção tem como contrapartida o intangível. Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia em 2010 estão demonstrados abaixo:

	31/12/2010	31/12/2009
Receita de construção	89.258	26.475
Custo de construção	(86.288)	(25.868)

d) Bens Reversíveis

Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito. A Companhia apresenta no quadro abaixo a composição dos Bens Reversíveis, existentes em 31 de dezembro de 2010.

Imobilização da Concessão		
Veículos		121
Equipamentos		227.903
Ferramentas		854
Móveis e utensílios		607.104
Almoxarifado		26.799
Equipamentos de processamento de dados		714
Equipamentos de telecomunicações		522
Imóveis		5.229.910
Total		6.093.927

Os itens que estão relacionados na conta de Almoxarifado acima representam uma parcela dos bens de consumo transferidos pelo Poder Concedente à posse da Concessionária de acordo com os termos do Parágrafo 11º da Cláusula 1ª do Aditivo.

15. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

Provisões para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Cíveis	7.112	5.483
Trabalhistas	6.202	5.922
Tributárias	183	939
	13.497	12.344

Movimentação das provisões no ano

	Saldo Inicial (31/12/09)	Provisões efetuadas	Atualização monetária	Reversões/Pagamentos	Saldo Final (31/12/10)
Cíveis	5.483	2.785	644	(1.800)	7.112
Trabalhistas	5.922	497	605	(822)	6.202
Tributárias	939	-	186	(942)	183
Total	12.344	3.282	1.435	(3.564)	13.497

a) Contingências cíveis

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário. Em 31 de dezembro de 2010, existiam 570 processos em andamento (462 processos em 31 de dezembro de 2009).

b) Contingências trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2010, existiam 624 processos em andamento (513 processos em 31 de dezembro de 2009).

A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

c) Contingências tributárias

A Companhia move ação de impugnação ao Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro em 18 de junho de 2003, decorrente da revisão das Declarações de Contribuições e Tributos Federais ("DCTF") do 2º e 4º trimestre de 1998, no montante de R\$1.128.

Baseada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram possível a probabilidade de êxito deste processo, a Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para contingência para esse processo.

A Companhia efetuou provisão, no montante de R\$183, relativa ao Auto de Infração lavrado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), em 27 de junho de 2002, decorrente da revisão da Guia de Fundos e Informações Previdenciárias ("GFIP") do período de 1º de janeiro a agosto de 1999.

A Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende que a provisão registrada é suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisão desfavorável.

A Companhia interpôs Ação Anulatória de Débito Fiscal contra o INSS, cujo objeto é a anulação de atuação por aquela autarquia em virtude de divergência de base de cálculo, na ordem de R\$1.644 (novembro de 2001), já tendo sido efetuado o depósito judicial para garantia do juízo. O processo aguarda início da perícia judicial.

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

d) Depósitos recursais

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía R\$13.618 em depósitos recursais (R\$7.531 em 31 de dezembro de 2009). Este montante é atualizado monetariamente.

e) Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens. O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros para o ano findo em 31 de dezembro de 2010 é de aproximadamente R\$22.517, sendo todas de natureza trabalhista.

Em 31 de dezembro de 2010, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$10.165 (R\$7.968 em 31 de dezembro de 2009).

f) Jurisprudência - sucessão

Em 20 de abril de 2005, foi divulgado no Diário de Justiça Orientação Jurisprudencial nº 225, proveniente do Tribunal Superior do Trabalho - TST, que estabelece para os contratos de trabalho extintos antes da vigência da Concessão, que a responsabilidade pelos direitos dos trabalhadores é exclusivamente da empresa que os empregava antes da assinatura do Contrato de Concessão. Esta orientação está em conformidade com o entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos.

Em julgamento encerrado no dia 26 de junho de 2007, a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça - STJ deu provimento ao recurso interposto pela Companhia para reformar um acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que responsabilizou a Companhia pelas dívidas contraídas pela CMRJ anterior a data da celebração do Contrato de Concessão.

A decisão foi no sentido de que a Companhia, concessionária de serviço público por meio de licitação, com investidura originária e não por cessão, não deve responder por danos causados pela antiga operadora. Neste caso, não se trata de sucessão empresarial, pois a CMRJ, sociedade de economia mista, foi fracionada, mas não se extinguiu, continuando a coexistir com a RIOTRILHOS. Por fim, foi decidido ainda que no caso de insolvência da CMRJ, cabe ao Estado do Rio de Janeiro responder subsidiariamente pelas obrigações.

Tendo em vista a jurisprudência, bem como o fato de que quaisquer perdas decorrentes dessas questões devem ser ressarcidas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro conforme previsto na Cláusula 22ª do Aditivo, a Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que não há necessidade de reconhecimento de provisão para contingência correspondente a este assunto.

g) Termo de compromisso de ajustamento de conduta - TAC

Em 30 de março de 2010, a Companhia firmou acordo junto ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, através da assinatura do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta - TAC, nos autos do processo judicial, onde a Companhia responde por reclamações feitas por usuários do serviço quando do início de operação do trecho denominado Linha 1A.

Neste termo a Companhia se comprometeu a efetuar depósito judicial, no montante de R\$1.000 (valor já depositado judicialmente), a ser feito em período de até 120 dias, pelo prazo de até 02 (dois) anos, como garantia a todo e qualquer dano material e ou moral que venha a ser reclamado.

A Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende que não existe a necessidade de ser constituída provisão para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisão desfavorável.

16. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Em decorrência do Contrato de Concessão, a Concessionária absorveu alguns funcionários da antiga operadora dos serviços, os quais estavam vinculados a um plano de previdência instituído na REFER (Fundação Rede Ferroviária Federal) patrocinado por aquela empresa. As disposições do Contrato de Concessão, em sua Cláusula 24ª, facultaram à Companhia instituir seu plano de previdência privada em outra entidade de previdência.

Em 13 de agosto de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, aprovou o novo plano de previdência patrocinado pelo Metrô Rio (Multipensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada ou o "Plano"). De acordo com o regulamento deste Plano, a Companhia (patrocinadora) efetua uma contribuição complementar sobre a Contribuição Básica do empregado (participante) obedecendo às seguintes condições:

- Para os funcionários que ingressaram no Plano até 17 de fevereiro de 1999, contribui com 120% da sua Contribuição Básica.
- Para os funcionários que aderiram após o prazo definido acima, contribui com os seguintes percentuais: 0 a 9 anos de tempo de serviço - 100%; 10 a 19 anos de tempo de serviço - 110%; 20 anos ou mais - 120%.
- A contribuição total relativa aos itens (a) e (b) acima está limitada a 6% do salário de contribuição do participante.
- Ao empregado ainda é facultado efetuar contribuições voluntárias de valores variáveis, sobre as quais a patrocinadora não possui qualquer obrigação.

A Companhia efetuou o levantamento atuarial para o ano de 2010, em conformidade com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009.

A Companhia vem adotando o procedimento padrão constante dos itens 92 e 93 da referida Deliberação. Isto é, a parcela de (ganhos) perdas acumulada excedente a 10% do maior valor entre o valor presente da obrigação atuarial total e o valor justo dos ativos do plano, amortizada pelo prazo correspondente ao tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano. O valor assim calculado compõe a despesa anual prevista para o exercício subsequente.

A taxa de retorno esperado dos Ativos foi determinada pela Administração da Companhia em conjunto com o gestor de investimentos, com base nas expectativas de rentabilidade de longo prazo para cada categoria de ativo dos planos de benefícios, as quais foram fornecidas pelos gestores do plano.

	31/12/2010	31/12/2009 (reapresentado)
Valor presente da obrigação atuarial, parcialmente coberta	4.707	3.852
Valor justo dos ativos do plano	(4.596)	(3.402)
Ganhos e perdas atuariais não reconhecidos	779	631
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial	890	1.081

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	31/12/2010	31/12/2009 (reapresentado)
Passivo líquido saldo inicial	1.081	780
Despesa no exercício	377	478
Contribuições normais do empregador	(568)	(177)
Passivo líquido final	890	1.081

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	2010	2009 (reapresentado)
Em 1º de janeiro	3.402	2.799
Retorno real sobre os ativos do plano	613	417
Contribuições do empregador	569	176
Contribuições dos empregados	12	10
Em 31 de dezembro	4.596	3.402

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais nos períodos apresentados é a seguinte:

	2010	2009 (reapresentado)
Em 1º de janeiro	3.852	3.577
Custo do serviço corrente	388	454
Juros sobre obrigação atuarial	457	404
Perdas (ganhos) sobre as obrigações atuariais	10	(583)
Em 31 de dezembro	4.707	3.852

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2010	2009 (reapresentado)
Custo do serviço corrente	446	388
Custo de juros sobre obrigações atuariais	523	457
Contribuições esperadas de participante	(14)	(11)
Rendimento esperado dos ativos do plano	(563)	(443)
Ganhos atuariais não reconhecidos	(19)	(15)
Despesa reconhecida no exercício	373	376

As hipóteses e premissas atuariais propostas para a realização da avaliação atuarial, são as seguintes:

	2010	2009
Biométricas		
Tábua de mortalidade geral	AT-83	AT-83
Tábua de mortalidade inválidos	N/A	N/A
Tábua de entrada invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de rotatividade	Nula	Nula
Composição familiar	90% casados e homens 4 anos mais velho	90% casados e homens 4 anos mais velho
Entrada em aposentadoria	100% elegibilidade	100% elegibilidade
Finanças	2010	2009
Taxa nominal de desconto atuarial	11,11% a.a.	11,87% a.a.
Taxa nominal de rendimento esperada sobre os ativos do plano	11,55% a.a.	12,68% a.a.
Taxa de inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Taxa real de crescimento salarial	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Taxa real de reajuste dos benefícios do plano	-	-
Fator de capacidade	1,00	1,00

As alterações nas premissas de inflação impactam a despesa projetada para o próximo exercício, aumentando os custos de juros, serviço corrente e rendimento esperado dos ativos.

17. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2008, o capital social subscrito da Companhia era de R\$1, representado por 1.000 ações ordinárias.

Em 6 de março de 2009, a Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR, conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 6 de março de 2009 subscreu capital na Megapar, hoje Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (Metrô Rio) no montante de R\$649.999, composto em sua totalidade por ações ordinárias, o qual foi integralmente aportado até 27 de março de 2009. Na mesma data a INVEPAR realizou um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, no montante de R\$20.000, cujo prazo máximo para realização é de 360 dias, conforme alteração na cláusula 2.1 do referido contrato, efetuada através do 1º aditivo ao contrato de adiantamento para futuro aumento de capital. Em 26 de março de 2010 foi realizado 2º aditivo ao contrato de adiantamento, prorrogando o prazo por 360 dias. Em 31 de dezembro de 2010 o capital social subscrito e integralizado é de R\$650.000, e está representado por 650.000 ações ordinárias, todas sob a forma escritural e sem valor nominal, da acionista INVEPAR.

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembléia Geral.

18. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receitas Financeiras				
Descontos obtidos	38	-	38	-
Juros ativos	1.819	1.209	1.819	1.209
Juros s/ aplicações financeiras (a.i)	23.218	2.601	23.218	2.601
Operações de Hedge (a.ii)	6.559	-	6.559	-
Variação monetária ativa	4.049	2.617	4.049	2.617
Varições cambiais ativas	48.077	18.198	48.077	18.198
Remuneração de clientes	1.601	1	1.601	1
Total receitas financeiras	85.361	24.626	85.361	24.626
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos (b.i)	(118.751)	(39.286)	(118.751)	(39.286)
Comissões e despesas bancárias	(562)	(21)	(562)	(21)
Juros passivos (b.ii)	7.168	(574)	7.168	(574)
Operações de Hedge (b.iii)	(29.546)	-	(29.546)	-
Varição monetária passiva (b.iv)	(15.674)	(2.307)	(15.674)	(2.307)
Ajuste a valor presente	(15.068)	-	(15.068)	-
Varições cambiais passivas	(21.366)	(16)	(21.366)	(16)
Outros	(4.961)	(8.321)	(4.961)	(8.321)
Total despesas financeiras	(198.760)	(50.525)	(198.760)	(50.525)
Total	(113.399)	(25.899)	(113.399)	(25.899)

a) Receitas financeiras

As principais receitas financeiras consistem em: (i) juros sobre aplicações financeiras, listadas na Nota Explicativa nº 5; e, (ii) ganhos com operação de hedge.

b) Despesas financeiras

As principais despesas financeiras consistem em: (i) juros sobre empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, descritos na Nota Explicativa nº 13, (ii) encargos incidentes sobre contas a pagar, (iii) perdas com operação de hedge e (iv) atualização da Concessão de serviços públicos a pagar, descrita na Nota Explicativa nº 15 e os ajustes contábeis necessários quando da apresentação da prestação de contas requerido pela Cláusula 22ª, Parágrafo 17º do Aditivo.

19. Seguros

A Companhia, com base na avaliação de seus consultores e administradores, mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil.

Em 31 de dezembro de 2010, os principais seguros contratados são:

Descrição	LMl
Risco operacional	175.000
Responsabilidade civil geral	30.000
Transporte nacional	4.000
Transporte internacional	833*
Total	209.833

(* 500 mil Dólares convertidos a Reais pela taxa de fechamento de 31 de dezembro de 2010.

20. Participação dos empregados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação vigente, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 2 de abril de 2008, foi aprovada a instituição do Plano de Participação em Lucros e Resultados ("PLR"). Dessa forma, no ano findo em 31 de dezembro de 2010, a Administração provisionou R\$2.277 de participação dos empregados nos lucros ou resultados, correspondente a PLR esperada para o exercício de 2010.

21. Avais, fianças e garantias

A Companhia prestou garantias, cujos montantes em 31 de dezembro de 2010 eram de R\$16.890 (R\$15.030 em 31 de dezembro de 2009), para garantir: (i) a aquisição de energia elétrica junto à Duke Energy; (ii) os processos judiciais gerais; e (iii) os processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária.

Adicionalmente, a Companhia prestou garantias aos empréstimos obtidos. Mais detalhes sobre estas garantias estão descritos na Nota 13.

22. Compromissos e responsabilidades

Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia possui compromisso relativo à contratação de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A. pelo período entre 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui uma segunda obrigação, cujo contrato foi celebrado em 26 de janeiro de 2009, contratada referente ao fornecimento para o período entre 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2020. A segunda obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos: (i) contratação, para o período entre 2011 e 2015, de montante de energia complementar estimado ser suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação de novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai; e (ii) contratação do montante de energia estimado ser suficiente para atender ao consumo total do sistema metroviário a partir do vencimento da primeira obrigação em 31 de dezembro de 2015 até 31 de dezembro de 2020.

Em 2008, a Companhia, através da Citpax firmou contrato com a MTR Corporation Limited no montante de US\$ 9.000, com vigência até o final de 2012, com o objetivo de buscar novos padrões tecnológicos para o aperfeiçoamento das operações da Companhia e de prestar serviço de consultoria na aquisição de material rodante, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14. Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia já efetuou pagamentos no montante total de US\$4.750.

23. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2010 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, empréstimos e financiamentos, e obrigações com o Poder Concedente.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e derivativos

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras e instrumentos derivativos, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI, as taxas de juros dos financiamentos tomados junto ao BNDES e FINEP estão vinculadas à variação da TJLP, taxa de juros Notas Promissórias estão vinculadas à variação da DI (Taxa DI) e taxa de juros da Debênture Conversível está vinculada ao IPCA.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

d) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 14, considerando-se que os carros serão adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, de acordo com as informações prestadas na Nota Explicativa nº 5 e nº 13, a Companhia possui aplicações financeiras no exterior e empréstimos no exterior, respectivamente.

e) Operação de derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui operações com característica de hedge.

No ano de 2010, a Companhia contratou operações para proteção cambial de passivo com o Banco Itaú BBA e HSBC Bank. Das operações contratadas, apenas duas não foram liquidadas gerando um ajuste a perda de R\$8.090. As operações liquidadas geraram uma perda de R\$14.897. Abaixo o demonstrativo:

Operação	Ativo/ passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição	Posição	Valor justo diferencial a receber/ a receber/	Curva diferencial a receber/ a receber/
					ativa	passiva		
Termo de Moedas	USD/USD	HSBC Bank	04/01/2011	100.000	172.960	166.322	(6.638)	(6.638)
Termo de Moedas	USD/USD	Itaú BBA	04/01/2011	23.000	39.781	38.329	(1.452)	(1.452)

f) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos os quais não estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos de hedge.

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo cenário provável o adotado pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a CVM através da Instrução nº 475, de 17 de dezembro de 2008, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A

CNPJ nº 10.324.624/0001-18



Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDÉS	TJLP	(173.444)	(207.047)	(240.651)
FINEP	TJLP	(9.785)	(10.933)	(12.082)
Financiamento importação	Taxa Câmbio R\$/US\$	(1.007)	(1.259)	(1.511)
Notas promissórias	DI	(4.444)	(5.567)	(6.695)
Debênture privada	IPCA	(723.333)	(799.885)	(878.065)
Referência para passivos financeiros				
TJLP (% ao ano)		6,0%	7,5%	9,0%
DI (% ao ano)		10,61%	13,26%	15,91%
IPCA (% ao ano)		5,91%	7,39%	8,87%
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)		R\$1,89	R\$2,48	R\$2,98

24. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Resultado básico por ação				
Numerador				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(20.839)	3.713	(20.839)	3.713
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	650.000	650.000	650.000	650.000
Resultado básico por ação	(32,06)	5,71	(32,06)	5,71

Resultado diluído por ação

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Resultado diluído por ação				
Numerador				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(20.839)	3.713	(20.839)	3.713
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	650.000	650.000	650.000	650.000
Efeito da diluição				
Debêntures conversíveis em ações	469.750	469.750	469.750	469.750
Média ponderada de número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	1.119.750	1.119.750	1.119.750	1.119.750
Resultado diluído por ação	(18,61)	3,32	(18,61)	3,32

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

25. Combinações de negócios

a) Aquisição de ações e incorporação do Metrô Rio

Em 12 de março de 2009, foi publicado fato relevante informando que: (i) conforme despacho publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro no dia 11 de março de 2009, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de Poder Concedente dos serviços de transporte metroviário de passageiros explorados pelo Metrô

Rio, nos termos do disposto no art. 27 e seu parágrafo único da Lei nº 8.987/95 e nas Cláusulas 10, 20 e 24, §4º do Contrato de Concessão, autorizou a aquisição do controle acionário direto e indireto do Metrô Rio pela Megapar ("Anuência Prévia"); (ii) com a publicação da Anuência Prévia, foi satisfeita a condição suspensiva estipulada nos Contratos de Compra e Venda de Ações ("Contratos") de emissão da Oeste e da Metrô Rio firmados em 29 de dezembro de 2008, conforme citado no fato relevante publicado naquela data; (iii) dessa forma, os procedimentos previstos para a transferência das ações de emissão de Oeste e da Metrô Rio para a Megapar foram implementados nos termos dos referidos Contratos.

Em 20 de março de 2009, foi publicado fato relevante informando que: em complemento às informações prestadas nos fatos relevantes divulgados em 29 de dezembro de 2008 e 12 de março de 2009 e nos termos pactuados no Contrato de Compra e Venda de Ações ("Contrato") celebrado entre Megapar, Citigroup Venture Capital International Brazil (Delaware), LLC ("CVC"), e Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Participações ("IIFIP"), nesta data, foi concretizada a aquisição das ações representativas do controle acionário direto de Oeste e indireto de Sorocaba e Metrô Rio por Megapar, de forma que (i) a totalidade das 25.402.017 ações ordinárias de emissão de Oeste detidas por CVC; (ii) a totalidade das 36.372.460 ações ordinárias de emissão de Oeste detidas por IIFIP, e (iii) a totalidade das 2.428.245 ações ordinárias de emissão de Oeste detidas por Opportunity Holding Fundo de Investimento em Participações (que exerceu direito de venda conjunta que lhe era contratualmente assegurado), correspondentes a 99,99% do capital votante e total de Oeste, foram efetivamente transferidas à Megapar.

Em 30 de março de 2009, em cumprimento ao Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre Megapar e VALIA em 29 de dezembro de 2008, a Megapar concretizou a aquisição das 15.781.817 ações ordinárias de emissão de Metrô Rio detidas por VALIA, tornando-se, então, titular, direta e indiretamente, de 99,99% das ações de emissão do Metrô Rio, tendo sido pago o montante de R\$ 1.064.057.

Em Assembléias Gerais Extraordinárias de 30 de novembro de 2009, as empresas Megapar, Oeste, Sorocaba e Metrô Rio deliberaram sucessivas incorporações de Oeste, Sorocaba e Metrô Rio pela Megapar, de forma que a Megapar sucedeu e absorveu o patrimônio das sociedades incorporadas, que são automaticamente extintas no processo, com sucessão universal de seus respectivos direitos e obrigações por Megapar, a qual assumiu as operações das linhas 1 e 2 do sistema metroviário da cidade do Rio de Janeiro, bem como alterou sua razão social para Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. Na aquisição do Metrô-Rio foi contratada empresa especializada que determinou o valor justo dos ativos e passivos adquiridos. Com base no laudo elaborado por empresa especializada, R\$ 909.087 foi atribuído e alocado ao direito de concessão adquirido.

26. Receitas, custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita com passagens	389.807	30.607	389.807	30.607
Receitas acessórias	23.727	2.000	23.727	2.000
Receita da construção	89.258	26.475	89.258	26.475
Impostos e contribuições sobre a receita	(26.129)	(2.121)	(26.129)	(2.121)
Receita de serviços líquidas	476.663	56.961	476.663	56.961
Custos e despesas				
Operacionais	211.046	33.068	211.046	33.068
Gerais e administrativas	3.446	12.951	3.446	12.951
Pessoal e encargos	82.776	7.096	82.776	7.096
Depreciação e amortização	85.906	27.717	85.906	27.717
Marketing e vendas de serviços	6.085	1.290	6.085	1.290
	389.259	82.122	389.259	82.122
Custo de serviços	351.866	43.100	351.866	43.100
Despesas gerais e administrativas	37.393	39.022	37.393	39.022

27. Eventos subsequentes

Em 11 de março de 2011, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$55.000 (cinquenta e cinco milhões de reais), sendo R\$35.000 (trinta e cinco milhões de reais) aportados por sua controladora, Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR ("INVEPAR") e R\$20.000 (vinte milhões de reais) vertidos para o capital da Companhia, nos termos do "Contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e Outras Avenças" celebrado em 27 de março de 2009. Foram emitidas 59.288.448 (cinquenta e nove milhões, duzentas e oitenta e oito mil, quatrocentas e quarenta e oito) ações ordinárias ao valor de R\$0,927668061 por ação, com base no patrimônio líquido da Companhia de 30 de setembro de 2010, conforme revisado pelos auditores independentes. A totalidade das ações emitidas foram integralmente subscritas por sua controladora, INVEPAR.

DIRETORIA

José Gustavo de Souza Costa
Diretor Presidente

Renato Cesar Moreira Braga
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Cesar Abel Cano
Diretor de Operações

Joubert Fortes Flores Filho
Diretor de Relações Institucionais e RH

CONTADOR

Leandro Ferreira Gonçalves
CRC RJ: 105435/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, Acionistas e Diretores da
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrô-Rio
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrô-Rio ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrô-Rio em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrô-Rio em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrô-Rio essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2011

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ
Mauro Moreira
Contador CRC - 1RJ 072.056/O-2

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4